

artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se que onde se lê:

	«Data de nascimento	
Paulo Cesar Batista Azeredo		10-1-54»

deve ler-se:

	«Data de nascimento	
Paulo Cesar Batista Azeredo		19-1-54»

7 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 1940/2005 (2.ª série). — 1 — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, procedeu-se à publicitação do processo de selecção do titular para o cargo de chefe da Divisão de Apoio Jurídico do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, previsto no artigo 5.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, no jornal *Público* e na bolsa de emprego público, em 28 de Outubro de 2004.

2 — O licenciado Pedro Miguel Rodrigues Duarte possui habilitações académicas e formação profissional adequadas às exigências do cargo, bem como experiência comprovada na respectiva área de actuação.

3 — Assim, ao abrigo e nos termos do n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o licenciado Pedro Miguel Rodrigues Duarte, técnico superior principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, no cargo de chefe da Divisão de Apoio Jurídico do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, com efeitos a partir de 2 de Dezembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Novembro de 2004. — O Director-Geral, *Pedro Maria Gonçalves Cardoso Mourão*.

Nota curricular

Nome — Pedro Miguel Rodrigues Duarte.
Data e lugar de nascimento — 1 de Outubro de 1968, em Lisboa.

Habilitações académicas:

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica (2002);
- Pós-graduado em Estudos Europeus (na vertente económica) pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1993);
- Licenciado em Relações Internacionais (especialização em Relações Político-Culturais Internacionais) pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1991);

Actividade profissional:

- Nomeado técnico superior principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários (Direcção de Serviços dos Assuntos Jurídicos), do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 29 de Outubro de 2004, tendo aceiteado o lugar em 24 de Novembro de 2004;
- Nomeado coordenador da Unidade Funcional de Convenções Internacionais do Instituto de Reinserção Social (Ministério da Justiça), com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2004;
- Exerceu o cargo de coordenador, em regime de substituição de facto, da Unidade Funcional de Convenções Internacionais do Instituto de Reinserção Social, do Ministério da Justiça, entre 12 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2003;
- Nomeado técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, do Ministério da Justiça, com efeitos a 24 de Julho de 2000;

Nomeado definitivamente técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal deste Instituto, tendo tomado posse em 8 de Fevereiro de 1999, com efeitos a 24 de Outubro de 1994; Exerceu funções de técnico superior de 2.ª classe, em regime de contrato a termo certo, naquele Instituto, com efeitos a partir de 1 de Abril de 1997;

Exerceu funções de técnico superior de 2.ª classe, em regime de contrato de prestação de serviços por avença, na ex-Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 24 de Outubro de 1994.

Formação profissional — tem frequentado várias acções de formação para dirigentes e ou técnicos superiores nas áreas de contencioso administrativo, de direcção e liderança, de concepção e gestão de projectos, da cooperação judiciária internacional em matéria civil e penal e do direito de menores e delinquência juvenil.

Despacho (extracto) n.º 1941/2005 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral de 9 de Dezembro de 2004:

Dinis Bernardes Silva Costa Domingos, escrivão auxiliar da 6.ª Vara Cível de Lisboa — nomeado em comissão de serviço para a Direcção-Geral da Administração da Justiça (equipas de apoio às novas tecnologias), com efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços, *Luís Correia Botelho*.

Despacho (extracto) n.º 1942/2005 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral de 9 de Dezembro de 2004:

José Alberto Marcelo Fernandes, escrivão-adjunto do 4.º Juízo Cível do Porto — nomeado em comissão de serviço para a Direcção-Geral da Administração da Justiça (equipas de apoio às novas tecnologias), com efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços, *Luís Correia Botelho*.

Despacho (extracto) n.º 1943/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 2 de Janeiro de 2004:

Manuel António Tavares Correia de Campos, escrivão de direito requisitado no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa 2, Restelo — nomeado em comissão e por urgente conveniência de serviço para a Direcção-Geral da Administração da Justiça, com efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Correia Botelho*.

Despacho (extracto) n.º 1944/2005 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral de 9 de Dezembro de 2004:

José Guilherme Mestre Vieira Cardoso, escrivão auxiliar da 3.ª Vara Cível do Porto — nomeado em comissão de serviço para a Direcção-Geral da Administração da Justiça (equipas de apoio às novas tecnologias), com efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — O Director de Serviços, *Luís Correia Botelho*.

Despacho (extracto) n.º 1945/2005 (2.ª série). — No uso da subdelegação de competências conferida pelo subdirector-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2003) e por despacho de 7 de Janeiro de 2005:

António José Pereira Justino de Sousa, escrivão-adjunto (escalão 4, índice 450) do Tribunal da Comarca de Alcobaça — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escrivão de direito (escalão 1, índice 510) do mesmo Tribunal, no período de 13 de Dezembro de 2003 a 30 de Junho de 2004.

10 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.